

Os Usos Sociais do Patrimônio: uma Categoria de Diversos Pensamentos

Sandro Campos Neves¹

RESUMO

O presente artigo aborda a construção social da categoria “Patrimônio Cultural”, destacando a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos a uma categoria que se pretende unívoca, trabalhando apenas no eixo da identidade cultural e da memória social. Através do estudo, através de metodologia etnográfica, do caso do Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora-MG, se procura demonstrar que os significados múltiplos atribuídos aos chamados lugares de memória, tais como um Museu, podem extrapolar inclusive os limites da expressão da identidade cultural, apelando a categorias vinculadas ao Patrimônio Natural. Dessa forma, os significados construídos em torno da categoria “Patrimônio Cultural” têm conseqüências e ressonância social em função dos sentidos a ela atribuídos. Esses significados estabelecem o campo do Patrimônio como um espaço de confrontação de interesses e visões de mundo de grupos sociais diversos constituídos nesses lugares e que, em teoria, construiriam uma relação de pertinência identitária com o Museu. O foco do trabalho é a análise da relação simbolicamente conflituosa constituída entre os segmentos da sociedade de Juiz de Fora e o Museu Mariano Procópio.

Palavras-chave: Turismo, Patrimônio, Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora-MG

Introdução

Em seu artigo “O patrimônio como categoria de pensamento”, José Reginaldo Gonçalves (2003 p.15) alerta para a importância da realização de um inventário a respeito dos sentidos atribuídos à categoria patrimônio nas diversas culturas. Uma das questões de fundo em relação a essa discussão, que se pretende abordar ao longo deste trabalho, no entanto, diz respeito aos usos relacionados ao patrimônio, que são influenciados pelos sentidos a ele atribuídos em cada sociedade local ou regional. Assim se supõe que, como categoria cultural relacionada às injunções locais, o patrimônio recebe utilizações cotidianas relacionadas à maneira como é entendido na esfera local. Essa questão é a que será explorada ao longo dessa

¹Professor Assistente I da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutorando em Antropologia PPGA/UFBA, Mestre em Cultura e Turismo UESC-BA e Bacharel em Turismo UFJF. sandrocamposneves@yahoo.com.br

discussão a respeito da relação estabelecida entre segmentos de uma sociedade, a sociedade da cidade de Juiz de Fora – MG e um museu que se constitui num reputado discurso patrimonial local e tido como de relevância nacional, o Museu Mariano Procópio.

Os dados abordados ao longo desse trabalho foram produzidos em 2004 a partir de uma pesquisa para realização de trabalho de conclusão do curso de turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.² A pesquisa realizada à época, de cunho etnográfico, não esgotou os dados que, revistos e re-analisados, serão apresentados a seguir adicionados de novos dados levantados em 2009 em um retorno ao campo de pesquisa. Os dados produzidos ao longo de uma pesquisa etnográfica, principalmente aqueles relativos a categorias de pensamento, não têm uma prazo de validade, posto que, embora mutáveis, tais dados têm um tempo de persistência social estendida, salvo em situações de convulsão social ou outras formas de aceleração da mudança que não se crê ser o caso de Juiz de Fora. A questão sobre a qual incide o interesse desse trabalho é a discussão a respeito das formas de identificação com o patrimônio, tido como categoria simbolizadora de uma identidade, e as eventuais formas através das quais determinada população não se identifica com esse patrimônio como símbolo de sua identidade e mantêm com ele relações de outro tipo, o que parece ser o caso em questão.

No entanto, se pretende abordar ao longo deste trabalho outras questões, relativas à forma de patrimonialização do discurso museográfico e seus efeitos para a relação entre a sociedade e aquilo que supostamente seria seu símbolo. Etchevarne (2004, p.34), em seu trabalho sobre patrimônio arqueológico na Bahia, chama a atenção para o fato de que numa situação ideal, deveria ser um grupo ou uma sociedade local os responsáveis pela atribuição da categoria patrimônio a um lugar, um símbolo, uma pintura ou qualquer narrativa histórica que supostamente deveria servir de símbolo materializado de uma narrativa de identidade. No entanto, o próprio autor demonstra, a seguir (**Ibid.**) que, para o caso por ele analisado, o dos sítios arqueológicos, a escolha está fora da alçada das sociedades envolventes, como parece ser também o caso do Museu Mariano Procópio, uma narrativa histórica. Não obstante, a patrimonialização de outros objetos está em ritmo crescente por parte dos diversos grupos sociais na atualidade. O autor afirma ainda que tal situação acaba por estabelecer uma distância entre o patrimônio e a sua apropriação pela sociedade, na medida da inexistência de um laço de pertinência identitária mais imediato (**Id.** p.35).

² NEVES, S.C. **Turismo, Memória e Identidade: O caso do Museu Mariano Procópio e a sociedade juizforana.** Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Turismo, UFJF, 2004

As preocupações que orientam a discussão a seguir dizem respeito, dessa forma, à questão da apropriação por parte da sociedade local de uma narrativa patrimonial para além de seu papel de representante de uma identidade, uma vez que, com relação à questão da identidade ela jamais foi consultada. Como demonstram Funari e Pelegrini (2006 p. 9-10) o sentido hegemônico de patrimônio, numa perspectiva histórica, passou de uma concepção individual ligada à idéia de patrimônio como herança pessoal a uma concepção de patrimônio como símbolo da identidade de uma coletividade e, portanto, como bem público. Esse último é o sentido a partir do qual se estabelecem as ações de Estado sobre o patrimônio através de órgãos como o IPHAN e os órgãos estaduais e também através de organismos internacionais como a UNESCO. No entanto, no âmbito local, esse sentido de patrimônio nem sempre é absorvido da mesma forma. O interesse presente aqui é o de demonstrar o diálogo que se estabelece entre a concepção do patrimônio como bem público e suas utilizações pela sociedade em que está inserido, nem sempre mediados por uma interpretação do patrimônio como símbolo da identidade. Nesse mesmo sentido, Potter **apud** Funari (s/d p.60) afirma que devemos pensar os objetos patrimoniais como “socialmente construídos e **contestados**, em termos culturais, antes que portadores de significados inerentes e ahistóricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração” (Grifo nosso). Assim, pensar no processo de atribuição de novos usos e significados para o patrimônio em um contexto específico significa também pensar nas relações com ele estabelecidas, mesmo quando essas não incidem diretamente sobre a representação desse patrimônio como uma narrativa de memória e identidade local.

A metodologia de pesquisa utilizada foi etnográfica, sendo realizada por quatro meses, envolvendo a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas com os visitantes do Museu, tanto moradores locais, foco principal da pesquisa, quanto turistas e excursionistas. Foram entrevistados sete informantes, sendo a observação a ferramenta fundamental da pesquisa.

O contexto empírico da investigação: O Museu Mariano Procópio e a cidade de Juiz de Fora.

Juiz de Fora é a segunda cidade mais populosa do estado de Minas Gerais, com 500.000 habitantes, tem uma história colonial baseada economicamente na lavoura de café e industrializou-se rapidamente investindo na indústria têxtil. Esse investimento foi o que levou Juiz de Fora a receber pela população e políticos locais um título que ainda hoje se pode ouvir

nas ruas, o de “Manchester Mineira”, referência à proeminente indústria têxtil da cidade inglesa de Manchester no século XIX. Juiz de Fora também foi uma cidade economicamente importante na medida em que fazia parte da rota de ligação entre o porto do Rio de Janeiro e o interior brasileiro através da chamada “Estrada Real”, hoje roteiro turístico. O Museu Mariano Procópio era, no contexto de pesquisa, tido como a grande “jóia” patrimonial local, situação que não parece haver mudado. No entanto, o que motivava a investigação naquele contexto era a identificação de uma relação de afastamento entre a “jóia” patrimonial e a sociedade local, o que se refletia na situação de abandono físico do patrimônio e sua pouca importância na política local e nas discussões do cotidiano. Antes, no entanto, de abordar frontalmente essa questão é necessário ainda prosseguir relatando a história do Museu, de forma a demonstrar a interpretação a partir da qual ele é visto como “jóia” patrimonial local.³

Mariano Procópio Ferreira Lage, que dá nome ao museu, nasceu em 1821 e foi um dos “pioneiros” da cidade de Juiz de Fora. Construiu a Estrada União Indústria que ligava Juiz de Fora ao Rio de Janeiro e tem seu nome ligado a vários outros marcos históricos da cidade. Ele foi o proprietário da “vila”⁴ que hoje é sede do museu. O prédio do museu Mariano Procópio foi inaugurado em 23 de junho de 1861, nesta época ainda era a “vila” de Mariano Procópio Ferreira Lage. A “vila” foi criada para servir de residência campestre de seu proprietário, mas também seria usada para abrigar a Família Imperial em sua passagem por Juiz de Fora para a inauguração da Estrada União Indústria. O prédio, na época, não ficou pronto a tempo para abrigar a Família Imperial e o Imperador apenas hospedou-se nele em sua segunda visita à cidade em 1869. A “vila” foi projetada pelo engenheiro alemão Carlos Augusto Gambs e os jardins que a circundam pelo francês Auguste Marie Francisque Glaziou. O prédio pertenceu à família Ferreira Lage e por obra de Alfredo Ferreira Lage, que herdou o prédio após a morte de seu pai, se começou a constituir o que hoje é o acervo do museu.

O crescimento do acervo deu-se graças ao empenho de Alfredo Ferreira Lage um grande colecionador de arte e fotógrafo premiado cujas fotografias ajudaram a incorporar o acervo do museu. O acervo do museu, graças às doações de vários personagens conhecidos da história oficial brasileira como a Viscondessa de Cavalcanti, Duque de Caxias, Afonso Arinos e Rodolfo Bernadelli, foi se constituindo num dos mais ricos do país. No entanto, é preciso destacar, e a própria constituição do acervo o demonstra, que a coleção é mais um amontoado de objetos de diversos proprietários do que uma referência à identidade local ou ao processo de desenvolvimento do município.

³ Grande parte das informações históricas que serão relatadas a seguir encontram-se em Valle (2001).

⁴ A vila é a edificação central do museu, circundada por um amplo parque natural e um lago artificial.

Devido ao crescimento da coleção, em 1921 Alfredo Ferreira Lage construiu um anexo ao lado da “vila” para abrigar as peças que colecionava. A construção foi concluída e o prédio se tornou um museu particular em 23 de junho de 1921. Mais tarde o prédio foi doado à comunidade de Juiz de Fora por Alfredo Ferreira Lage em 29 de fevereiro de 1936.

Na data da doação do Museu à sociedade de Juiz de Fora, Alfredo Ferreira Lage estabeleceu na escritura de doação as condições para a entrega do museu. A escritura de doação do museu estabelecia as seguintes condições: a manutenção perpétua do nome Mariano Procópio, a manutenção das denominações das salas do museu, a proibição de alteração de sua finalidade cultural e a proibição da retirada do acervo. Esta escritura previa ainda condições para a administração da “vila”, o que originou um Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio, do qual Alfredo Ferreira Lage foi o primeiro diretor, cargo que só abandonou com sua morte em 27 de janeiro de 1944. Este conselho tinha por objetivo zelar pelas condições impostas por Alfredo Ferreira Lage quando da doação do prédio e existe até a atualidade. O Museu encontra-se hoje sob a administração da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, através da Fundação Alfredo Ferreira Lage, a FUNALFA. O conselho de Amigos do Museu existe como órgão da sociedade civil organizada sem vinculação direta com a Prefeitura ou qualquer outro órgão do Estado em nível estadual ou federal.

O Museu teve suas coleções, tanto histórica quanto de belas artes, tombadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1939. Estas coleções estão hoje catalogadas nos livros de Tombo Histórico e de Belas Artes do IPHAN. Além disso, o museu teve o seu conjunto arquitetônico, paisagístico e o seu acervo tombados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) em 2002. É preciso que se diga, a respeito da coleção, que quase todas as referências das peças dizem respeito à Família Imperial e pessoas a ela ligadas. As duas únicas referências encontradas que não se encaixam nestas características são: uma pequena coleção de objetos indígenas e uma coleção de objetos de suplício de escravos que bem ou mal fazem alguma referência à existência deles. Ainda assim, estes objetos foram colocados no museu posteriormente à sua fundação. Dessa forma, o Museu Mariano Procópio se constitui numa narrativa da história nacional voltada fundamentalmente para os grandes nomes, no caso a família Real e seu círculo de relações, e os grandes feitos, deixando de lado, inclusive, a participação dos povos indígenas e dos negros africanos na história nacional.

O Museu Mariano Procópio, como já mencionado, pode ser dividido esquematicamente em relação à sua organização espacial entre o parque natural que o circunda e o Museu propriamente dito, estabelecido numa edificação à qual se pode chegar através de trilhas a

partir do parque ou de uma entrada principal, ao norte da entrada do parque. A região do parque é uma das mais visitadas e foi possível notar durante a pesquisa que é muitas vezes a única visitada pelas pessoas que se encontravam na área do museu, não sendo outra a razão que justifica o fato de que, embora a entrada principal seja a do Museu, a mais utilizada é a do Parque. Região de beleza natural, o parque conta com um mini-zôo e funciona como uma espécie de “refúgio verde” numa cidade densamente urbanizada, onde as áreas verdes diminuem constantemente. Essa é uma das razões pelas quais se esperava que o museu fosse bastante apreciado pela população local, uma vez que, já que estavam no parque, as pessoas aproveitariam para visitar o Museu. Essa expectativa foi logo frustrada nas primeiras incursões, a principal atenção parecia recair exatamente sobre a perspectiva da região verde no centro urbano e muitas das pessoas ali presentes sequer se lembravam sem estimulação das perguntas, nas conversas e entrevistas estabelecidas com elas, que estavam em um Museu.

Antes de apresentar alguns dos dados retirados das entrevistas cumpre apresentar algumas características dos entrevistados. Basicamente os observados e entrevistados foram os visitantes do Museu, compostos por moradores da cidade, turistas e visitantes da região, que poderiam ser caracterizados como excursionistas por passarem na cidade menos de 24 horas⁵. Sobre os entrevistados e os visitantes de maneira mais ampla, foi possível constatar que se tratam de pessoas de extração social média, tanto em função das profissões exercidas, quanto em função dos locais de residência e outros dados indicativos senão de uma situação econômica privilegiada, ao menos de um investimento simbólico em uma categoria social mais elevada.

Os Significados do Patrimônio

A partir das entrevistas e da observação foi possível perceber como se constroem as categorias relativas ao Museu Mariano Procópio. As categorias englobam, tanto a perspectiva museológica, quanto a perspectiva de parque natural. Essas representações foram divididas esquematicamente de forma a poder explorar mais profundamente seu conteúdo a seguir:

Categorias	Característica
Cultura / Patrimônio / História / Memória	Percebe o museu como símbolo de tradição, memória, cultura e história;
Lazer / Diversão / Parque	Caracteriza o museu como espaço de lazer e enfatiza a carência desses

⁵ Segundo classificação da Organização Mundial do Turismo.

	espaços na cidade
--	-------------------

Figura 1 – Quadro demonstrativo das categorias utilizadas para se referir ao Museu

As categorias construídas a respeito do museu se revelam a partir de uma dualidade inicial entre o museu percebido como patrimônio, como história e como tradição e o museu percebido como um espaço natural na cidade, espaços dos quais os entrevistados consideravam que a cidade se encontrava carente.

Com relação à primeira categoria, “o museu visto como cultura e patrimônio”, é importante destacar sua relação com o contexto, as pessoas entrevistadas de maneira tradicional e também as com quem se estabeleceram conversas “informais” eram visitantes do museu e era, obviamente, de se esperar que estivessem ali por considerá-lo importante em algum sentido. O sentido da importância como bem cultural então apareceria esperadamente, no entanto, aspecto notável a respeito dessa categoria foi que a idéia de identidade ou pertencimento não aparece, a não ser a partir da categoria da memória que, supostamente, englobaria uma memória histórica presente, cotidiana. No entanto, as categorias que relacionam o museu à idéia de cultura e patrimônio apresentadas pelos entrevistados fizeram parte, em todos os casos, de uma apreciação intelectualizada do museu, mediada pelos insistentes apelos da publicidade televisiva, que é ela mesma resultado da ênfase em nível mundial da importância dos museus como depositários da história e da cultura.

Nesse sentido, importa destacar que os sujeitos ouvidos durante a pesquisa são de extração social média, em que pesem as imprecisões desses conceitos. Dessa forma, essas pessoas seriam aquelas para as quais a idéia de sensibilidade histórica e sensibilidade à preservação do patrimônio parecem mais importantes de se destacar no sentido de manter uma aparência de instrução e elevado nível intelectual. Obviamente que a tentativa realizada aqui de desnaturalização dessa categoria não exclui a possibilidade de que ela esteja sendo afirmada por razões outras daquelas aqui apontadas, no entanto, procura-se destacar que a categoria patrimônio, relacionada ao museu, parece estar relacionada a uma intelectualização da relação com o museu, acompanhada de frases do tipo “os brasileiros geralmente não dão importância para a história”.

A intelectualização da relação e essa tentativa de se distinguir da maioria da população parecem relacionadas à tentativa de elaboração de distinção. No sentido enfatizado por Bourdieu (2004), a tentativa de elaboração de distinção é característica dos segmentos privilegiados economicamente e funciona como tentativa de estabelecer uma distinção social

que justifique a situação sócio-econômica e que marque a diferença e a segregação entre os segmentos da sociedade, compreendendo-a como natural ou ontológica. Nesse sentido, a valorização do patrimônio e de uma ligação com o conhecimento histórico e a valorização da história parecem ser elementos de estabelecimento de distinção social, de coordenadas sociais que justifiquem determinada hierarquia sócio-econômica e a separação entre os diversos segmentos sociais. Assim, a valorização do museu, ao menos no plano do discurso, serve para demarcar uma diferenciação no nível de instrução, que justificaria a diferenciação social e econômica.

As frases relacionadas à valorização do Museu como narrativa histórica de identidade e memória sempre aparecem com a seguinte estrutura: ao responder por que o museu é importante, as pessoas dizem, “porque o museu é história, memória, patrimônio” e logo seguem “mas a população não se interessa por isso”, ou “a maioria das pessoas não têm cultura”, o que serviria como justificativa da falta de interesse dos demais. Considerando as frases dos entrevistados e o conceito antropológico de cultura, para o qual todos têm cultura, pode-se concluir que os entrevistados estavam sempre afirmando a importância do museu como representativo da história e da identidade, mas que a maioria das pessoas não se interessava por ele por uma deficiência de cultura ou uma ausência de preocupação com aspectos simbólicos. Ao mesmo tempo, quando afirmavam que elas (as pessoas entrevistadas) se preocupavam com isso, essa seria a razão pela qual elas se diferenciavam da “massa”, do restante da população, pelo seu nível de instrução, por sua “cultura mais apurada”.

Nesse sentido, no discurso dos entrevistados a valorização do museu aparece sempre como objeto de investimento simbólico das classes instruídas na elaboração de uma distinção, uma diferenciação em relação aos segmentos mais pobres e pouco instruídos, pouco “cultos”. As razões que levam a essa conclusão são diversas, constata-se sobre o museu que ele apresenta baixa visitação, em torno de 3000 visitantes/ano⁶, se comparado a outros grandes museus⁷. Apresenta também situação precária de conservação que denota tanto a pouca importância a ele atribuída pelos órgãos públicos, quanto pela população e sua não inclusão em qualquer roteiro turístico municipal até 2004. Assim, caso fosse o museu de fato um objeto de importância simbólica e cultural para os entrevistados seria de se esperar que eles

⁶ Segundo informações prestadas pela direção do museu e também registrada nos livros de visitas, sendo que só puderam ser consultados os livros de 2003 e 2004, não havendo livros anteriores.

⁷ Também segundo informações prestadas em 2004 o Museu Imperial em Petrópolis, cidade de população menor do que Juiz de Fora, recebia a visitação média àquela época de 15000 visitantes/ano não sendo, do ponto de vista patrimonial, tão significativamente superior ao Museu Mariano Procópio em termos de acervo.

apresentassem ao menos algum tipo de indignação com a situação do museu, que fizesse com que ele fosse tomado como mais importante no nível do poder público.

Em relação à valorização do museu como espaço natural, como área verde da cidade, ela aparece, tanto no uso mais cotidiano do espaço, quanto no discurso dos entrevistados. Com relação ao uso do espaço, não existem estatísticas referentes à entrada das pessoas no parque, uma vez que não há um livro de registros para essa finalidade. No entanto, visualmente, em todas as visitas para pesquisa, sempre foi claramente predominante a presença das pessoas ao parque em relação à visita ao Museu. Com relação a isso é necessário destacar que o museu não fica em uma área central da cidade, embora em suas imediações, nem de grande concentração comercial, na qual se poderia dizer que o parque do Museu pudesse ser um lugar de passagem e descanso rápido durante os intervalos do trabalho. Tanto as entrevistas, quanto a observação, levam a crer que os visitantes iam ao parque do Museu, ou ao Museu propriamente dito, exclusivamente para visitá-lo, não se constituindo ali um espaço de passagem ou de grande movimentação motivada pela localização.

O parque do Museu aparece grandemente citado nas entrevistas como espaço natural raro na cidade, mesmo entre os entrevistados que valorizavam o Museu como narrativa de patrimônio. O Museu aparece também, no discurso, como um espaço verde onde se pode levar as crianças para passear, um espaço onde se pode passar o final de semana com a família. Nas entrevistas, sempre que essa categoria aparecia o entrevistado era, em seguida, questionado se ele visitava o Museu propriamente dito. Parte significativa dos entrevistados que atribuíam ao museu o papel de espaço verde, não visitavam nem pretendiam visitar o museu e alguns deles chegavam a admitir, em tom de confissão, jamais terem visitado o museu. É interessante notar, por outro lado, sobre essa categoria, que as pessoas procuravam sempre demonstrar, contraditoriamente, que valorizavam o Museu como patrimônio símbolo da identidade e história, mesmo quando estavam ali apenas utilizando o parque para o lazer. Esse dado reafirma, em certo sentido, o uso do Museu como objeto de investimento simbólico na distinção social. Uma vez que grande parte dos entrevistados era de extração social média, o discurso de valorização do patrimônio como distinção social também incidia sobre eles e ninguém queria parecer desinformado ou pouco culto e instruído ao prestar uma entrevista.

Assim, todos os entrevistados procuravam valorizar o museu e foi muito comum, durante as entrevistas, que as pessoas dissessem estar ali apenas para visitar o parque, mas que valorizavam o Museu. Por outro lado, afirmaram diversas vezes conhecer várias pessoas da cidade que jamais visitaram o museu ou que sequer o conheciam. Nessa situação, o entrevistado parecia sempre estar se referindo a uma situação usual e utilizava a imprecisão

(várias pessoas) como forma de manutenção do sigilo, para não expor as pessoas a quem se referia, como se fosse uma grande vergonha que elas não conhecessem o Museu. Essa estratégia também poderia estar sendo usada na entrevista para expressar uma opinião que não se tem interesse de ligar a si mesmo, mas da qual também não se consegue desvincular. Obviamente, nesse caso, se trata de uma especulação que não pode ser fundamentada a não ser por impressões em relação à observação e à condição, já mencionada, que circundava a entrevista. Nesse sentido, os visitantes do parque do Museu, “instruídos” e “cultos” não gostariam de parecer publicamente pessoas que não valorizavam o Museu, principalmente num contexto onde ele é alvo de investimento simbólico na distinção e onde os meios de comunicação divulgam crescentemente a importância do patrimônio, vinculando sua valorização a pessoas instruídas e inteligentes que conhecem “sua história”. Assim, nenhum dos entrevistados gostaria de parecer indistinto, uma parte da “massa ignorante” que não valoriza o Museu.

A valorização do Museu como narrativa patrimonial aparece nas entrevistas mesmo em situações em que a observação e a própria entrevista esclarecem que os entrevistados não estavam naquele espaço em função do Museu e de seu sentido de história, identidade, memória e patrimônio. Nesse ponto, intervêm um aspecto importante da produção de significado em torno do Museu; sua utilização como espaço de lazer, ou, mais especificamente, como área verde, de fruição do prazer de contato com a natureza, estabelece um significado outro em relação àquele relacionado à narrativa histórica. O Museu, ou seu parque, visto como área verde, como espaço de lazer junto à natureza e utilizado como área de passeio, não incluindo a visita do acervo, parece demonstrar que essa utilização alternativa do Museu tenha relação com uma significação diferenciada. Uma vez que, como demonstrado anteriormente, o Museu Mariano Procópio se constitui numa narrativa histórica das elites, dos grandes nomes e fatos e, portanto, de uma história que não se refere à maior parte da população local ou nacional, seus visitantes parecem encontrar para aquele espaço público outro significado. Nesse sentido, a situação apresentada sobre o Museu Mariano Procópio permite acreditar que o que está em jogo seria aquilo que Potter **apud** Funari (s/d p.60) chamam de construção e contestação social da categoria do patrimônio. Essa situação se consubstanciaria na produção de uma significação alternativa do patrimônio, que não se relaciona com uma narrativa cristalizada do passado retirada do fluxo histórico e para sempre presa a um significado pré-estabelecido.

Considerações finais

Procurou-se demonstrar ao longo dessa discussão, as formas através das quais a categoria do patrimônio é significada pelos visitantes do Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora. Destaca-se ainda que o Museu é considerado, do ponto de vista histórico e museológico, um acervo importante em relação à história nacional, sendo considerado o segundo maior acervo nacional sobre Brasil Império. A atribuição de significados ao patrimônio como categoria geral e ao Museu Mariano Procópio como categoria específica é objeto de investimento simbólico de uma série de sujeitos sociais e os significados a ele atribuídos são diversos e podem ser relacionado a várias formas de fruição do espaço público.

Demonstrou-se, no caso do Museu Mariano Procópio, que se estabelecem para ele, por parte de seus visitantes, dois tipos de significados, em alguma medida complementares, mas em que um deles se demonstra contraditório com a função principal do Museu. O Museu Mariano Procópio é entendido, por um lado, como relacionado à categoria do patrimônio, à história, à identidade e cultura locais, categoria essa que se relacionaria à função primordial do Museu. Por outro lado, ele é também entendido como área verde de lazer da população local, significado que, embora não contraditório e mesmo complementar do primeiro, contrapõe-se a sua utilização fundamental como narrativa histórica e faz, em alguns casos, sublimar a função precípua do Museu, fazendo esquecer até mesmo que se está diante de uma narrativa histórica.

Assim, se colocou em discussão ao longo desse trabalho a construção social da categoria do patrimônio e a utilização social do espaço articulado pelos órgãos do Estado para ser utilizado como narrativa da história, memória e identidade nacional e local. Foram colocadas em discussão, ao longo do trabalho, as formas através das quais é entendido o patrimônio, bem como as formas como ele é utilizado. Demonstrou-se que, embora ele possa ter uma função social pré-estabelecida por órgãos do Estado e mesmo uma função social primordial, sua utilização e recepção pela sociedade local, mesmo aqueles que o valorizam como narrativa de identidade, não é pacífica. Assim, os sujeitos sociais se apropriam do Museu de formas variadas e atribuem a ele significados distintos daquele pretendido pelos órgãos oficiais, constituindo-se numa forma de re-interpretação do espaço público e mesmo de resistência a um significado que foi pré-estabelecido à revelia da sociedade que deveria ser proprietária coletiva desse espaço.

Ao demonstrar os diferentes significados atribuídos ao Museu Mariano Procópio demonstrou-se que, para além do fato de que é preciso tentar estabelecer como patrimônio aqueles objetos que, de fato, sejam importantes para os diversos grupos sociais e também a

despeito das tentativas de educação patrimonial, os diversos segmentos sociais se apropriam do espaço público do Museu de formas diferenciadas, atendendo a seus interesses e a seus investimentos simbólicos diferenciados em relação à sociedade local. Verificou-se assim, ao longo desse trabalho, que o processo de construção social da categoria de patrimônio é imensamente complexo e desafia em diversos aspectos a elaboração intelectual e política, tanto dos órgãos do Estado, quanto dos pesquisadores e diversos profissionais acadêmicos engajados na compreensão e elaboração da categoria do patrimônio e sua utilização posterior, bem como sua preservação e conservação.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

ETCHEVARNE, C. **Memória do Seminário Arte Rupestre no Nordeste do Brasil: pesquisa, preservação e gestão de sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres**. ETCHEVARNE, C. (org) Salvador: Fast Design, 2006

FUNARI, P.P.A. **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**

GONÇALVES, J.R. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Orgs) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

POTTER, Jr P.B. n.d Appropriating the victor by addressing the second person. Unpublished typescript. In: FUNARI, P.P.A. **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**

FUNARI, P.P.A & PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006

VALE, V. A. **Pintura Brasileira do Século XIX - Museu Mariano Procópio**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2001, 105 p